

Mulheres e trabalho na agricultura de exportação: questões atuais.

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti¹
Berlano Bênis França de Andrade²
Victor Rodrigues³

Resumo

O artigo aqui apresentado trata do trabalho feminino na agricultura. Focalizando as mulheres que trabalham na fruticultura de exportação no Nordeste do Brasil, examinam-se: as relações entre a globalização dos alimentos e as condições atuais de trabalho; aspectos da divisão do trabalho entre homens e mulheres. As convenções anuais de trabalho do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ressaltam aspectos da dimensão de gênero que interferem nas condições de trabalho. Para compreender, empírica e teoricamente, aspectos da dimensão de gênero que se expõem nos meandros das relações de poder e desigualdade no campo da globalização, e o novo perfil do trabalho e das

¹ Professora titular da Universidade Federal de Pernambuco, pesquisadora do CNPq. saletecav@gmail.com.

² Bolsista de Iniciação Científica do CNPq/ da Universidade Federal de Pernambuco. berlanobenis@gmail.com

³ Aluno do PPGS, Universidade Federal de Pernambuco. rodriguesvictorr@gmail.com.

trabalhadoras na agricultura irrigada⁴, este artigo está apoiado em pesquisas realizadas no Vale do São Francisco⁵.

Palavra-chave: Trabalho rural; agricultura de exportação; mulheres trabalhadoras; Vale do São Francisco.

The article deals with women's work in agriculture. Focusing on women working in the horticulture in Northeastern Brazil, we examine: the relationship between globalization of food and the current conditions of work; aspects of the division of labor between men and women. Demands of women are included in the agenda of the annual convention of the Rural Workers Union, which emphasizes aspects of the gender dimension that affect working conditions. To understand, empirical and theoretical aspects of gender dimension, intricacies of power relations in the field of globalization, and the new profile of the work and workers in irrigated agriculture, this article is supported by research conducted in the San Francisco Valley.

Key words: export agriculture, women workers, San Francisco Valley.

Introdução

Os avanços teóricos e metodológicos no campo dos estudos do trabalho revelam as importantes transformações econômicas e sociais experimentadas pela economia e sociedade, nas últimas décadas do século XX, marcadas pelo desenrolar do processo de globalização. As descobertas tornam evidentes as consequências virtuosas e perversas

⁴ O trabalho em colaboração inclui passagens de outros textos dos mencionados autores.

⁵ Constitui um dos resultados de um trabalho continuado de pesquisa que envolve os três autores deste artigo e outros pesquisadores do grupo de pesquisa Globalização e Agricultura e, em especial, estudos de caso realizado nos anos 2008 e 2009, 2010 e 2011.

dessas transformações no mundo do trabalho. Igualmente, as conquistas dos movimentos feministas e os debates acadêmicos gerados apontam para a inclusão e, por paradoxal que pareça, a persistente discriminação das mulheres nos espaços do trabalho.

Este trabalho é um dos resultados de uma pesquisa realizada em colaboração, sobre as condições de trabalho na fruticultura de exportação no Nordeste do Brasil, contribui para entender nuances recentes do processo de globalização. Como argumentamos (Rodrigues, 2009), no último quartel do século XX, o capitalismo inicia uma fase de profundas transformações na esfera produtiva (Antunes, 1995). Emergem novas formas de organizar o trabalho e a rigidez do modelo fordista vai sendo paulatinamente substituída por propostas mais flexíveis, como também assinala Bonanno (1999). Em contraposição à produção em massa de produtos, observa-se uma maior diversificação da produção para atender nichos de mercado. A agricultura, apesar de suas especificidades, também é afetada por essas transformações (Cavalcanti, 1999; 2004; Lara, 1998; Cavalcanti; Neiman, 2005). Empresas, trabalhadores e agricultores familiares passam a atuar em resposta às demandas específicas dos mercados, enquanto as condições de trabalho são ajustadas aos níveis de expectativas do capital.

No entanto, falar em reestruturação produtiva na agricultura requer uma atenção especial, principalmente sobre o novo papel que esta passa a desempenhar na economia mundial. Estamos falando do abastecimento de uma demanda por produtos novos e de luxo (Lara, 1998). Segundo a autora, as principais características do processo de reestruturação produtiva na agricultura são: a questão da diversificação dos produtos, com destaque para os não tradicionais; a busca por novos mercados; a adoção de novas tecnologias; a horizontalidade das empresas; e, por fim, porém, não menos importante, as novas formas de organização do trabalho (Lara, 1998)

Nesse sentido, uma questão que passa a ser central é a emergência de localidades especializadas em produzir determinados produtos (Lara, 1998). O caso estudado, o Vale do São Francisco, especificamente, o Polo Petrolina (PE) / Juazeiro (BA) é um exemplo disso. Podemos dizer que o processo de reestruturação produtiva na região tem início na segunda metade dos anos 1980. Dois movimentos são fundamentais para

isso: a crise do complexo agroindustrial (Craviotti, 2012) e a emergência da fruticultura como principal atividade econômica.

Desde a década de 1990, o mercado externo passa a ser o alvo mais cobiçado dos produtores. Alguns autores enfatizam o papel que as mudanças nos hábitos alimentares de consumidores (a demanda por alimentos novos e exóticos) nos países do Norte tiveram para impulsionar a fruticultura no Vale do São Francisco (Marsden; Cavalcanti; Ferreira Irmão, 1996).

Considerando as mudanças produzidas pela globalização dos sistemas agroalimentares, buscamos analisar os seus impactos para os trabalhadores do Vale e as atuais relações de trabalho, bem como os sindicatos dos trabalhadores rurais que têm pautado sua ação nesse contexto. A relevância desta pesquisa consiste, fundamentalmente, em dedicar-se a investigar como importantes atores sociais no processo de produção, os trabalhadores e as trabalhadoras, estão sendo afetados. Este artigo responde ao que argumenta Little (1994:11), ao chamar atenção para o fato de que: torna-se, pois, importante compreender as experiências locais (Long, 1996), as práticas culturais e as intrincadas relações de poder que se instituem no campo da construção e circulação das mercadorias para os mercados globalizados (Busch, 2000; Wilkinson, 2002; Marsden, 1997), e o lugar dos diferentes atores que participam desse campo (Bonanno; Cavalcanti, 2012).

Das Condições de Produção e Trabalho

Complexas relações de poder marcam a globalização dos alimentos (Bonanno; Busch; Juska, 1994). A produção e comercialização dos agroalimentos experimentam várias mudanças: novos “circuitos financeiros, tecnologias de produção e condições de mercado modificaram as condições da produção” (Raynolds, 1994:143). As transformações das práticas da agricultura e também das estratégias de marketing respondem ao aumento dos níveis de competição entre aqueles que participam nos circuitos globais de distribuição; no caso, de frutas, desde produtores até consumidores. Agroalimentos de diversas

partes do mundo competem uns contra os outros nos mercados globais, segundo a “qualidade”, marcas e símbolos que se lhes atribuem. Numa economia de signos e de espaços (Lash; Urry, 1996) competem, assim, igualmente, regiões produtoras e territórios transformados segundo as expectativas dos mercados. Em geral, como argumenta Cavalcanti (2004), existe um consenso entre os autores de que a transformação dos produtos e dos seus componentes frescos beneficia-se das inovações tecnológicas e mudanças nos processos de trabalho, incluindo nesta ideia o sincronismo das práticas e condições de armazenamento, empacotamento e transporte.

Trabalhadores e condições de trabalho na fruticultura do Vale do São Francisco

Essa região global denominada de Vale do São Francisco (Cavalcanti, 2009; 2011) estabeleceu-se a partir de planos de desenvolvimento e projetos de irrigação com base em aportes tecnológicos e mão de obra migrante que contribuíram para torná-la um polo de exportação de frutas. O fenômeno migratório deve ser entendido como um dos elementos do processo de mudança social, sendo desta maneira o resultado de transformações estruturais da sociedade, bem como um dos fatores determinantes destas mesmas transformações, como sugere Suarez (1977). Devemos acrescentar ainda, concordando com Menezes e Godoi (2011), que hoje em dia as mobilidades espacial e social operam em descompasso. Conforme analisam as autoras, com base em Cavalcanti (2011), a região do Vale vem a usufruir de um contingente de trabalhadores que possibilita a utilização de mão de obra temporária em lugar dos contratos permanentes da primeira década de expansão da fruticultura. Torna-se necessário entender como o processo de globalização e a conseqüente emergência de novas formas de organização da produção e do trabalho impactam os trabalhadores da fruticultura. Concordamos com Antunes (2011:139), quando afirma que: Semelhantes impactos têm sido

experimentados pelos trabalhadores do Vale do São Francisco e apontados nas Convenções Coletivas de Trabalho. As mudanças em operação influenciam na redução do trabalho permanente, na distribuição dos trabalhadores nesse espaço produtivo e em como, a partir daí, organizam suas vidas.

Sousa (2011) ressalta, através do estudo de uma das empresas do Vale o que se tem observado no campo, que no período de colheita a relação entre trabalhadores permanentes e temporários no campo aumenta significativamente; é da ordem de mais de dois terços a proporção de temporários sobre os permanentes. Segundo informa esse autor, a empresa passa de 1.200 trabalhadores fixos para aproximadamente 5.000 trabalhadores no período de colheita, a maioria dos quais com contratos temporários.

De acordo com os dados do censo 2010 realizado pelo IBGE (Quadro I), o número de mulheres na região do Vale supera o número da população do sexo masculino; enquanto a população rural nos municípios de Petrolina e de Juazeiro é significativamente menor do que a urbana, o que nos dá pistas a respeito da distribuição espacial das pessoas neste contexto. Cavalcanti (1997) destaca que os trabalhadores da região vivem nas periferias das cidades. Isso implica dizer que uma ruptura se estabelece entre os lugares de morada e de trabalho.

Quadro I: Vale do São Francisco – População urbana e rural por sexo (2010)

Municípios	Total	Homens	Mulheres	Homens na área rural	Mulheres na área rural
Petrolina	293.962	143.252	150.710	38.501	36.246
	Total	Homens	Mulheres	Homens na área rural	Mulheres na área rural
Juazeiro	197.965	97.085	100.880	19.286	17.904

IBGE. Censo Demográfico 2010, organização de Berlano Andrade.

Silva (2012, no prelo) mostra que uma parte significativa das mulheres pobres empregadas nas atividades agrícolas reside em áreas urbanas. Em Pernambuco e na Bahia, 50% e 56%, respectivamente, das mulheres com vínculos empregatícios permanentes em atividades agrícolas vivem em zonas urbanas. No que diz respeito à mão de obra temporária, quase um terço dessas mulheres, 36% em Pernambuco e 29% na Bahia, residem em áreas urbanas.

A produção de uva e a divisão sexual do trabalho

Desde a segunda metade do ano de 2008, a região do Vale passou a conviver com os impactos da crise do crédito global. A chamada crise global de 2008 vem sendo debatida nos espaços de trabalho, pela possibilidade de redução do volume de compras desse bem exótico, a uva. Por outro lado, se há três décadas este era um produto encontrado apenas em pontos estratégicos ou especiais de venda, na atualidade é um produto disponível nas feiras, nos pequenos supermercados e a preços comparáveis com frutas regionais que tendem a desaparecer das prateleiras de consumo de massa. A qualidade dessa fruta, quando vendida regionalmente, varia, segundo as classes, os locais onde é vendida e consumida, a que fica nos mercados locais é, como já indicado, inferior à que é exportada. Como bem afirmam Douglas e Isherwood (1996) no mundo dos bens, os padrões de consumo tendem a revelar as desigualdades, em especial nas esferas de consumo.

A uva é uma cultura que apresenta grande irregularidade na utilização de mão-de-obra. Nas atuais condições de trabalho, a contratação temporária de trabalhadores e de trabalhadoras, especialmente, para as fases de poda, raleio e colheita tende a se ampliar em relação às contratações, mais permanentes, presentes nos anos iniciais da exportação dessa mercadoria (Branco, 2000). Sendo uma das culturas que mais ocupa mão-de-obra, por isso mesmo considerada adequada à agricultura familiar, o cultivo da uva tem surpreendido os

analistas, pelo uso decrescente da mão-de-obra (Cavalcanti; Mota; Silva, 2006). A combinação de diferentes relações de trabalho e a flexibilidade nos usos do trabalho, reveladas nesses arranjos, indicam tendências da organização do trabalho, comprometendo, inclusive, os números da ocupação das mulheres. Observam-se também evidências de que o processo de trabalho das mulheres foi afetado no que se refere à extensão do trabalho do campo às centrais de embalagem e acondicionamento (packing houses).

No Vale do São Francisco, as maiores firmas produtoras e exportadoras estão transformando as práticas de trabalho como resultado das condições impostas pelas normas e padrões de qualidade da produção, não somente na produção, mas no acompanhamento de todas as fases de construção do produto. Na tentativa de compatibilizar exigências de certificação estabelecidas pelo GlobalGap, por exemplo, as mulheres estão sendo levadas à realização de múltiplas tarefas, ainda que não recebam para isto remuneração compatível (Bonanno; Cavalcanti, 2012).

As tarefas a mais são compensadas por pacotes de bônus e incentivos para os trabalhadores, tanto no campo como nas packing houses. Grupos de trabalhadores são levados a ter mais responsabilidades no monitoramento do processo de produção, assim como na aplicação de insumos químicos, fertilizantes e pesticidas. Na expectativa de atender aos requisitos para assegurar a rastreabilidade, várias tarefas de registro do trabalho e insumos utilizados são adicionadas à rotina diária dessas trabalhadoras e trabalhadores.

Tal desempenho é medido segundo o tempo levado nos processos de colheita, seleção e raleio, que são realizados no sistema de uvas de mesa, diariamente. Nas grandes empresas, isto representa ao mesmo tempo um processo de intensificação e profissionalização do trabalho, com mais inputs agrônômicos, aplicados no processo de monitoramento dos sistemas de regulação. Esse aspecto do tempo de trabalho é quase sempre trazido à pauta das convenções de trabalho, pela alegação da existência de um banco de horas.

No entanto, esse fato é negado pelos empresários que, em geral (quando são acusados de manterem um banco de horas), nas reuniões anteriores à aprovação da convenção coletiva de trabalho, como registrado por Rodrigues (2009:23), eles alegam que o trabalho

temporário tornou-se a principal referência do trabalho utilizado na fruticultura do Vale do São Francisco. “[...] nós trabalhamos muito com mão-de-obra temporária, o que inviabiliza o banco de horas”.

As empresas ou fazendas mantêm um número mínimo de funcionários em situação permanente. A carteira de trabalho dos funcionários comprova esse fato. O trabalho temporário gera consequências nefastas nas formas de organização dos trabalhadores. Por falta de um registro claro de trabalhadores, os sindicatos precisam pensar em formas de aglutinar os trabalhadores subcontratados.

Com os requerimentos de qualidade enfatiza-se a divisão sexual do trabalho (Cavalcanti, 1999b). Considerando-se a expertise das mulheres na seleção de uvas, de acordo com os diferentes padrões, tamanhos e outras especificações dos diferentes distribuidores internacionais com distintos requerimentos de empacotamentos, embalagens e acondicionamento (Selwyn, 2012; Cavalcanti, 1999). Entretanto, as demandas de gênero merecem destaque na análise das pautas das CCT’s dos trabalhadores rurais no Vale do São Francisco, revelando que essa especialização do trabalho feminino não é plenamente reconhecida quanto aos direitos usufruídos pelas mulheres.

Há uma política de incentivos ao trabalho em horas extra, que, segundo um dos informantes, termina por levar cada trabalhador à contínua autoexploração. Como observado, essas práticas, que vêm sendo registradas ao longo da cadeia (Selwyn, 2012), são usadas por trabalhadoras que, objetivando aumentar os seus ganhos em benefício da garantia de melhores condições de vida para suas famílias, submetem-se a esses processos de autoexploração. As especificidades desses processos que ocorrem ao longo da cadeia dos agroalimentos e suas práticas de controle das distintas categorias de trabalhadores se tornam efetivas nos espaços locais, e embora contestadas através de formas de resistência frágeis que denunciam tipos de exploração que se atualizam.

Entretanto, a tentativa de diminuição do número de trabalhadores permanentes e mesmo de temporários ou em tempo parcial é também observável nas pequenas empresas ou grupos familiares, enquanto mais treinamentos e incentivos são oferecidos aos bons trabalhadores, identificados pela contínua vigilância e avaliação do desempenho. Com os novos sistemas de certificação, maior ênfase é dada à construção de

uma base de confiança e empenho na força de trabalho permanente. A alfabetização da força de trabalho tornou-se uma prioridade alta, em atendimento aos requerimentos para o registro das várias etapas do trabalho (Van Der Grip; Marsden; Cavalcanti, 2005).

Para obter a valorizada certificação EUREPGAP, agora Globalgap, as unidades passaram por uma grande e rápida modificação em suas práticas, contaram com consultorias externas, enquanto o preço da uva caiu nos mercados internacionais, especialmente na safra 2008/2009, com consequência nos números de cultivo e área plantada. Como analisamos em outro lugar (Cavalcanti, 1999; Marsden; Cavalcanti, 2001), a prática de uma produção ajustada às demandas de mercados e distribuidores que contribuiu para a existência de duas colheitas e meia, anuais, é também atestada em momentos de crise. Observa-se redução da área em produção e a quantidade produzida, quando o mercado está menos promissor para as vendas. Segundo os dados da produção municipal do IBGE referentes aos anos de 2007 a 2010 para Petrolina e Juazeiro, observa-se uma relativa queda na produção, mais acentuada nos anos 2008 e 2009. Como igualmente registrado por Selwyn (2012): A colheita de uvas sem sementes aumentou de cinco para vinte toneladas nos últimos 5 anos, mas o preço caiu no mesmo tempo. Novas variedades de uvas sem sementes foram introduzidas e adaptadas nas maiores empresas, e num total de 20 por cento de outras. Algo em comum usado pelas maiores empresas é ter uma rede de unidades familiares e empresariais menores que levam a sua produção para as suas packing houses com o mesmo produto. Isto tem levado, no entanto, pelos custos implicados, os menores produtores a formarem novas cooperativas, como analisam Pires e Cavalcanti (2009).

A globalização dos alimentos não está isenta a crises. Em atenção à demanda dos mercados, a produção oscila, tanto em valor quanto em volume. No Vale do São Francisco, os números da exportação de 2004 caíram em relação aos de 2003, fato atribuído pelos empresários exportadores aos problemas de qualidade da produção (excesso de chuvas e surgimento de muitas doenças), dificuldades de créditos para custeio e investimento, além da maior exigência dos compradores e seus “selos”. Em 2006, os exportadores trabalharam com a perspectiva de, pelo menos, alcançar números melhores do que os do ano anterior. Em 2008 e 2009, a pauta das exportações veio a ser afetada pela crise do

crédito global. Por outro lado, o movimento dos outros competidores, como a ampliação dos tempos de produção e colheita da manga do México preocupa, oportunamente, os produtores do Vale, que trabalham sempre com a perspectiva de aproveitar as janelas oferecidas pela exportação daquele país (Pires; Cavalcanti, 2009).

Desenvolve-se assim uma nova cultura da produção, ressignificando as práticas do trabalho agrícola que se estendem do campo às embalagens das mercadorias que vão às gôndolas para distribuição. Nesses processos, incorporam-se exigências e formas de controle do trabalho e dos trabalhadores. Torna-se, pois, relevante questionar os impactos pouco virtuosos da produção e distribuição dos alimentos, segundo os novos sentidos estéticos e hábitos de consumo do Norte; atentar para as suas implicações sobre os trabalhadores e estratégias usadas para responder aos desafios dos mercados, principalmente quando há evidências de que a criação de demandas segundo os “humores” dos mercados produzem situações de riscos para os trabalhadores.

Vulnerabilidades dos(as) trabalhadores(as) no Vale do São Francisco

As atividades de homens e mulheres estão divididas por um viés de gênero, segundo a exigência de maior ou menor dispêndio de energia física; mas também às representações de masculinidades e feminilidades prevaletentes (Scott; Cordeiro, 2006). Às mulheres requerem-se tarefas “leves” como raleio, e outras na colheita e pós-colheita. Aos homens, competem a implantação do parreiral, pulverização, poda, amarrio, pós-poda e serviços mecanizados em geral. Há no Vale do São Francisco a representação de que trabalho com uva é feminino e trabalho com manga é masculino (Cavalcanti; Mota; Silva, 2002, 2006). Para garantir a “rastreadibilidade”, os serviços são parte inextrincável do complexo frutícola, envolvendo um número significativo de atores, técnicos e firmas, como também outros profissionais especializados, vinculados a

empresas ou atuando como autônomos, que cuidam da manutenção dos sistemas de irrigação, consultorias agronômicas, administração de pessoal, marketing, comunicação, dentre outras atividades. O trabalho de campo está a exigir maior treinamento dos trabalhadores que devem registrar todas as atividades requeridas pelos mercados; é assim que o trabalhador analfabeto e aqueles sem conhecimentos básicos de informática estão ameaçados de perder do emprego, mesmo quando são exímios especialistas nas tarefas técnicas para as quais se qualificaram na prática.

As grandes novidades nos espaços da produção e circulação das mercadorias são as novas certificações exigidas. Essas certificações, entre as quais: EUREPGAP, atualmente GlobalGap e outras, baseadas nas demandas dos novos movimentos sociais, verdes e questionadas pelos movimentos feministas, entre outros (Barrientos; Dolan; Tallontire, 2001), passam a atuar dos campos aos espaços de comercialização, como tendo vida própria.

As informações sobre o número de trabalhadores no Vale do São Francisco são em geral pouco informativas. Fala-se de 30.0000, até de 60.000. Rodrigues (2009) considerou como referência aqueles registrados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina em 2006, referentes à eleição para a entidade que ocorre a cada quatro anos.

Segundo informações obtidas com os sindicalistas, há mais de 920 empresas no Vale; essa quantidade dificulta bastante a atuação sindical, pois, diariamente e apenas no horário do almoço, o STR tem o acesso livre ao interior das empresas (fazendas) para conversar com os trabalhadores. A empresa que será visitada é escolhida aleatoriamente ou quando surge alguma denúncia da parte dos trabalhadores. É uso comum na região considerar essas empresas agroindustriais como fazendas.

De acordo com Silva (2012), sessenta e cinco por cento dos trabalhadores são mulheres. Dos 31 mil trabalhadores associados ao sindicato, 20.025 são mulheres. A ampla maioria de mulheres filiadas está ligada à absorção da mão-de-obra feminina pela cultura da uva. Esses números que estão, todavia, aquém da quantidade de trabalhadores envolvidos na fruticultura, registram o grau de persistente precarização e falta de registro oficial daqueles que efetivamente trabalham na região.

Pelo exposto, fica sublinhado o caráter da nova relação estabelecida entre a agricultura e o novo setor de serviços que se inclui entre as exigências de finalização das mercadorias agrícolas até a sua venda a um consumidor final.

Enquanto a meta é a redução do número de trabalhadores nas tarefas de campo, incrementam-se os serviços: acondicionamento, embalagem, apresentação e transporte dos produtos, um novo senso de cooperação emerge, a exemplo das novas cooperativas (Pires; Cavalcanti, 2012). Exemplos significativos das formas de relacionamento entre os diferentes setores da economia são observados, apesar dos novos riscos e formas de dependência que, embora partes comuns à história da agricultura, se acentuam nos novos locais de construção de produtos frescos e perecíveis. A arena global é um espaço para competidores de distintas origens; interconectam-se nela o trabalho e os trabalhadores submetidos aos ritmos do mercado.

As Novas Características da Divisão do Trabalho

Uma das faces do trabalho rural é a coexistência de diferentes níveis de especialização na viabilização de um mesmo processo produtivo e o nível de qualificação e especialização dos trabalhadores nos processos de produção de frutas irrigadas, por exemplo, necessitam ser atualizados, em decorrência das características da demanda.

No Vale do São Francisco, as mulheres tiveram as suas possibilidades de ocupação ampliadas na produção da uva de mesa, um espaço para o seu fortalecimento como categoria de trabalhadoras (Cavalcanti; Ramos; Silva, 1998). As mulheres que encontraram trabalho e emprego na viticultura alcançaram mudanças significativas no modo como se relacionavam dentro e fora do espaço doméstico, ressaltando o respeito e o reconhecimento externo por chegarem a ser trabalhadoras sindicalizadas e representantes sindicais. Segundo seus discursos, na luta por melhores condições de trabalho, elas passaram a destacar a qualificação que possuíam para lidar com mercadorias tão sensíveis e de

“qualidade”. A tentativa de empregar homens nas fases de pré e pós-colheita da uva gerou alguns protestos de homens e mulheres que resistiam a essa possibilidade. Isto demonstra a permanência de representações sobre os papéis de homens e mulheres na casa e fora dela. No entanto, pouco a pouco, as mulheres estão a perder espaço nessa produção para os seus companheiros homens.

A literatura sobre o tema mostra que, no início da implantação da produção através de sistemas irrigados, no Vale do São Francisco, houve um aumento considerável da oferta de empregos que absorveu principalmente a mão de obra feminina (Cavalcanti, 1999, 2003, 2004; Cavalcanti; Mota; Silva, 2002), em especial no cultivo da uva. Destaca-se que, apesar de as mulheres terem sido as principais beneficiadas com os novos postos de trabalho gerados na fase inicial de implantação da fruticultura, elas também foram as primeiras a sentir os impactos do desemprego no momento em que se acentuou a inovação tecnológica visando reduzir custos; hoje se estima que há 2 postos para o trabalho feminino em cada hectare de uva (Silva, 2012).

A partir da análise da literatura e dos dados coletados diretamente através do trabalho de campo, delineamos o perfil dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que trabalham na fruticultura, especificamente dos que atuam nas cidades de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Os trabalhadores, em sua maioria, são migrantes de outras cidades próximas que foram atraídos pelos empregos da região, têm diferentes graus de escolaridade, variando dos que nunca estudaram aos que possuem o ensino médio completo.

No caso das mulheres, conforme analisam Cavalcanti e Silva (1999), as competências práticas adquiridas durante experiências de trabalho ao longo da vida são valorizadas, embora não reconhecidas em termos salariais.

Como constatamos, é possível encontrar, em uma mesma fazenda, trabalhadores com diferentes graus de escolaridade exercendo a mesma função. As diferenças em relação à educação formal realmente chamam a atenção: aqueles que nunca frequentaram a escola e os que concluíram o ensino médio recebem exatamente o mesmo salário e desempenham a mesma atividade no mesmo local. A formação valorizada, portanto, não é a educação formal, mas sim as competências práticas adquiridas durante experiências ao longo da vida. Em outro lugar (Rodrigues, 2009),

comentamos: Como afirma um supervisor de operações em um packing house, há pessoas analfabetas e aqueles que estudaram: Além das habilidades manuais para lidar com as frutas, respeitando as exigências dos padrões de qualidade, para garantir uma contratação, outras características são decisivas, como, por exemplo, possuir “iniciativa”.

As Convenções Coletivas de Trabalho: Dimensões de Gênero

As convenções coletivas de trabalho revelam os problemas enfrentados pelos trabalhadores. Importante instrumento na luta dos trabalhadores rurais, elas engendram uma dupla relação entre ratificar e divulgar direitos já garantidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e pautar demandas surgidas em situações locais.

Tendo sido realizadas pela primeira vez em 1994, desde 1997 as CCT's são unificadas, ou seja, são construídas coletivamente pelos sindicatos de trabalhadores rurais que hoje englobam as cidades de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó, Belém do São Francisco e Lagoa Grande (Pernambuco); Juazeiro, Casa Nova, Sento-Sé, Curaçá, Abaré e Sobradinho (Bahia). Ao acompanharmos a sucessão das convenções ao longo dos anos, podemos notar como os trabalhadores vêm lidando com os impactos da reestruturação produtiva e seus reflexos no mundo do trabalho ao mesmo tempo em que afunilam as reivindicações, incluindo questões como transporte para lugar de trabalho, condições do lugar de trabalho, saúde, dentre outros pontos (Vital et al. 2010 apud Silva, no prelo).

Os trabalhadores ressaltam avanços nos seus direitos desde a implantação das convenções. Os pontos mais citados dizem respeito às garantias de melhores condições de transporte para os trabalhadores, instalação de abrigos como pontos de apoio para a proteção contra o sol e a chuva, a construção de galpões equipados para as refeições, garantia de água fresca, dentre outros pontos.

Sob as atuais condições de trabalho, a construção das convenções ganha um tom específico. Rodrigues (2009), por exemplo, mostra como

as negociações da convenção de 2009 foram influenciadas pela crise econômica e sua instrumentalização feita pelos representantes patronais que a utilizaram como forma de justificar a não concessão dos direitos dos trabalhadores.

As mudanças operadas nas relações de trabalho são reconhecidas pelos trabalhadores. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco (2010) assinala o caráter excludente das transformações da agricultura. Para a entidade, registram-se nesse processo a redução do emprego assalariado com vínculo, a flexibilização de direitos trabalhistas e previdenciários, perdas de conquistas históricas, entre outros pontos. Neste processo, a luta dos trabalhadores da fruticultura reflete-se nas negociações das convenções coletivas de trabalho e vem se realizando num duplo movimento, pelo qual, ao mesmo tempo, procuram manter as conquistas dos trabalhadores ante as pressões realizadas pela classe patronal, buscam avançar na organização e reconhecimento de direitos. A título de ilustração, a campanha promovida pelo STR de Petrolina para a convenção de 2012 destacava entre suas prioridades de negociação o piso salarial de R\$ 682,00, alimentação gratuita no local de trabalho, horas “in itinere”⁶ e a manutenção de conquistas anteriores. Além do último ponto que constitui uma atenção reforçada anualmente, tendo em vista o descumprimento de acordos, no que diz respeito à campanha salarial, devemos destacar que a CCT cumpre uma importância central nas negociações entre os trabalhadores e os patrões. Na convenção de 2012 o piso conquistado pelos trabalhadores foi de R\$ 640,00, R\$ 17,27 acima do salário mínimo.

As demandas de gênero pautadas nas convenções revelam que as discussões a respeito dos direitos das mulheres sempre estiveram presentes. Conquistas importantes foram asseguradas às trabalhadoras, como a garantia da existência de creches em empresas com mais de 20 mulheres maiores de 16 anos; o direito de emprego para as gestantes e que sejam asseguradas condições de trabalho adequadas ao seu estado de

⁶ Hora “in itinere” a um trabalhador rural, referentes ao seu tempo de deslocamento até a empresa. Esta demanda entrou na pauta da convocação para a rodada de negociação entre sindicatos e representantes p patronais e do Ministério do Trabalho no ano de 2012, mas não foi homologada nessa convenção.

gravidez; garantia para a trabalhadora rural de um descanso especial de meia hora por cada turno de trabalho, com vista à amamentação do próprio filho, até que este complete 06 meses de vida; direito de uma vez por ano faltarem para realizar exames preventivos de câncer. Tais conquistas são resultado do processo em que a realização das convenções coletivas de trabalho encaminha demandas de uma parcela expressiva dos trabalhadores, que ocupam posições de liderança no processo de produção e de representação sindical, embora desigualdades de gênero persistam.

Considerações Finais

Com base no que foi discutido, podemos dizer que o processo de globalização e reestruturação produtiva, marcados por incessantes inovações tecnológicas, certificações, flexibilidade, contribuem para as mudanças no trabalho. Este artigo não esgota o tema, mas se insere numa agenda de pesquisa mais ampla. Consiste, fundamentalmente, em dedicar-se a investigar como importantes atores sociais no processo de produção, os trabalhadores e trabalhadoras, têm sofrido os impactos no seu cotidiano de trabalho. Esse novo processo de integração mais amplo promovido pela globalização promove um conjunto de efeitos sociais, econômicos e materiais com impactos locais e regionais significativos, que implicam em custos diferenciados para a participação dos atores nos mercados globais. Naturalmente, há impactos locais e resistências que se expressam nos movimentos sociais e nas pautas dos sindicatos dos trabalhadores rurais, as quais registram os avanços e recuos dos trabalhadores e trabalhadoras que, como analisamos em trabalhos recentes e submetemos aqui ao debate, se envolvem no cotidiano das regiões globais.

O estudo de caso sobre esta importante região do Nordeste brasileiro vem sendo atualizado através do levantamento contínuo de novos dados e, esperamos, oferece elementos para compreensão das condições de trabalho na fruticultura de exportação, como também sobre a nova divisão sexual do trabalho (Hirata, 2002).

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. 1997. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4ª edição, Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- _____. 2011. *O Continente do Labor*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- BARRIENTOS, S.; DOLAN, C. & TALLONTIRE, A. 2001. *Gender and ethical trade: A mapping of the issues in African horticulture*. NRI Working Paper, Chatham: NRI. (<http://www.nri.org/NRET/gendered.pdf>)
- BONANNO, A.; BUSCH, L.; FRIEDLAND, W. H.; GOUVEIA, L. & MINGIONE, E. (Eds.) 1994. *From Columbus to Conagra: The globalisation of agriculture and food*. Lawrence: University of Kansas.
- BRANCO, A. 2000. *Women in drought: Struggle and visibility in face of a disaster situation*. João Pessoa: Editora Universitária.
- BUSCH, L. 2000. The moral economy of grades and standards. _____. *Journal of Rural Studies*, 16, pp. 273-283.
- BONANNO, Alessandro. 1999. A Globalização da Economia e da Sociedade: O Fordismo e o Pós-fordismo no Setor Agroalimentar. In: J.S.B. Cavalcanti (org.), *Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- _____. CAVALCANTI, J. S. B. 2012. Globalization, Food Quality and Labor: The Case of Grape Production in North-Eastern Brazil. _____. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, Volume 19, issue 1, pages 37-55.

- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. 2006. The Dynamics of Local Development, from Hunger to Quality Food: Cases from Northeastern Brazil. In: MARSDEN, Terry; MURDOCH, Jonathan. Between the Local and the Global: Confronting Complexity in the Contemporary Agrifood Sector. _____. *Research in Rural Sociology and Development*, 12, pp. 181-208. London Amsterdam: Elsevier.
- _____. 1997. Frutas para o mercado global. *Estudos Avançados*, 11, 29, pp. 79-93.
- _____. 1999a. Desigualdades Sociais e Identidades em Construção na Agricultura de Exportação. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 5(9).
- _____. 1999b. *Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife, Editora Universitária da UFPE.
- _____. 2004. New Challenges for the Players in Global Agriculture and food. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food* 12(1), pp. 29-36.
- _____. 2004. Globalização e Ruralidade In: WANDERLEY, M.N.B. (org.), *Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas Sociais Rurais no Nordeste Brasileiro*. São Paulo, Polis.
- _____. BENDINI, M. 2001. Hacia una configuración de trabajadores rurales en la fruticultura de exportación en Brasil y Argentina. In: GIARRACA, N. (Org.) *Una nueva ruralidad en America Latina?* CLACSO/ASDI.
- _____. NEIMAN, Guillermo. 2005. *Acerca de la Globalización en la Agricultura: Territorios, Empresas e Desarrollo Local en América Latina*. Buenos Aires, Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura e Sociedade.
- _____. MOTA, Dalva M.; SILVA, Pedro Carlos Gama. 2006. Novas dinâmicas global/local: trabalho e gênero nos novos espaços de fruticultura no Nordeste do Brasil. In: P. SCOTT & R. CORDEIRO (orgs.). *Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 16, volume 23(1), 2012

_____. MOTA, Dalva M.; Pedro Gama da Silva. 2002. Mirando Hacia al Norte, Clase Género y Etnicidad en los Espacios de Fruticultura del Nordeste de Brazil. *AREAS* 22, pp. 161-181.

_____. RAMOS, Juliana e SILVA, Ana Cristina B da. 1998. El trabajo femenino en la agricultura de exportación. Las trabajadoras en la producción de uva-Brasil. In: BENDINI, M. & BONACCORSI, N. (orgs). *Con Las Puras Manos*. Buenos Aires, Editora La Colmena.

CRAVIOTTI, Clara (coord.) 2012. *Tramas Productivas y Agentes Sociales en la fruticultura globalizada*. Buenos Aires, Ed. Miño y Dávila. pp. 223-246.

DOUGLAS, M. & ISHERWOOD, B. 1996. *The world of goods. Towards an anthropology of consumption*. London: Routledge.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DE PERNAMBUCO. 2010. Anais do 8º congresso da FETAPE. Recife.

_____. HIRATA, Helena. 2002. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial. 335p.

IBGE. 2010. *Produção Agrícola Municipal*. (www.ibge.gov.br).

LARA, Sara Maria Flores. 1998. *Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización del trabajo en la agricultura mexicana*. México, Juan Pablo.

LASH, Scott; URRY, John. 1994. *Economies of Signs & Space*. London: Sage.

LONG, Norman. 1996. Globalization and localization: new challenges to rural research. In: MOORE, Henrietta, L. (ed.). *The future of anthropological knowledge. The uses of knowledge: Global and local relations*. ASA Decennial Conference Series. London: New York, Routledge.

MARSDEN, T. K. 1997. Creating space for food: The distinctiveness of recent agrarian development. In: D. Goodman & M. Watts (Eds.). *Globalising food*. (pp. 169-191). London: Routledge.

- MARSDEN, T. K.; Cavalcanti, J. S. B. & Ferreira, I. J. 1996. Globalisation, regionalisation and quality: The socio-economic reconstitution of food in the San Francisco Valley. *Brazil. International Journal of Sociology and Food*, 5, pp. 85-114.
- MENEZES, Marilda; GODOI, Emília Pietrafesa de (orgs.) 2011. *Mobilidades, redes sociais e trabalho*. São Paulo, Annablume; Brasília, CNPq.
- PIRES, Maria Luiza; CAVALCANTI, J.S.B. 2009. Cooperativismo, fruticultura e dinâmicas sociais rurais: uma nova onda de cooperativas no Vale do São Francisco. In SILVA, Aldenor G.; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (orgs.). *Diversificação dos Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Brasil*. João Pessoa, Editora Zarinha Centro de Cultura.
- PIRES, Maria Luiza; CAVALCANTI, J.S.B. 2012. Imagens da fruticultura do Vale do São Francisco: Cooperativa, reinvenção de estratégias e criação de oportunidades em tempos de enfrentamentos da crise global. In: CRAVIOTTI, Clara (coord.) *Tramas Productivas y Agentes Sociales en la fruticultura globalizada*. Buenos Aires, Ed. Miño y Dávila, p. 223-246.
- RAYNOLDS, L. 1994. The restructuring of third world agro-exports: Changing productions relations in the Dominican Republic. In: P. McMichael (Ed.), *The global restructuring of agro-food systems*. Ithaca: Cornell University Press.
- RODRIGUES, Victor de Oliveira. 2009. *Globalização da Agricultura e Mudanças no Mundo do Trabalho: Os Trabalhadores Rurais no Vale do São Francisco*. Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, UFPE, mimeo.
- SCOTT, Russel P; CORDEIRO, Rosineide (orgs.) 2006. *Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas*. Recife, Editora Universitária da UFPE.
- SELWYN, Bem. 2012. *Workers, State and Development in Brazil. Powers of Labour. Chains of Value*. Manchester University Press.

Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 16, volume 23(1), 2012

SILVA, Pedro Carlos Gama. 2001. *Articulação dos interesses públicos e privados no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: Em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

_____. 2012. Caso de Brasil. In: BOQUERO, Fernando Soto; KLEIN, Emilio. *Empleo y condiciones de trabajo de mujeres temporeras agrícolas*. Tomo I. CEAPAL, OIT, FAO. (no prelo)

SOUSA, Ronilson Barboza de. 2011. *O avanço do capitalismo no campo e o trabalho: entre a liberdade e a escravidão*. Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Geografia, UPE, mimeo.

SUAREZ, Maria Teresa Sales de Melo. 1977. *Cassacos e corumbas*. São Paulo, Ática.

VAN DER GRIP, Nicolien M.; MARSDEN, T. K.; CAVALCANTI, J. S. B. 2005. European retailers as agents of change towards sustainability: The case of fruit production in Brazil *Environmental Sciences* March 2005; 2(1), pp. 31-46.

Recebido em junho de 2012

Aprovado para publicação em setembro de 2012